

# Clipping CARF

Matérias de jornais, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

## Opinião - Todas as letras do Sistema S

Valor Econômico - 25/09/2015

Maria Cristina Fernandes | De São Paulo

Antonio Oliveira Santos tem 87 anos. No fim do ano passado foi reeleito para a presidência da Confederação Nacional do Comércio (CNC), cargo que exerce há 35 anos. Comanda, a partir do Espírito Santo, um orçamento de R\$ 12,8 bilhões, um dos mais aquinhoados do Sistema S, nome pelo qual são conhecidas as 11 entidades alvejadas pelo ajuste fiscal do governo.

O presidente da CNC foi reeleito com 26 dos 28 votos da disputa. A Fecomércio do Rio, a quem derrotou, o acusou de manter o poder graças a décadas de sucessivas intervenções nas federações locais que ameaçam se insurgir contra seu comando. Antonio Oliveira Santos conta com aliados fiéis como Abraham Szajman, igualmente longevo na presidência da Fecomércio de São Paulo, cargo que exerce há 31 anos. Para disputar a última reeleição, o presidente da confederação recorreu de decisão do Superior Tribunal de Justiça que acatara objeções feitas pelo Tribunal de Contas da União às contas da entidade.

Alçado à CNC no início do governo João Figueiredo, como um dos pilares da abertura controlada pela ditadura, Santos comandou o lobby empresarial na Constituinte de 1988. De lá para cá, o mecenato do Sesc e do Senac lhe deu legitimidade para ampliar o apoio político. Entre os parlamentares que já lhe prestaram homenagens estão os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Cícero Lucena (PSDB-PB) e o deputado Simão Sessim (PP-RJ).

Transita com facilidade pela pauta legislativa. Mobiliza-se por projetos como a regulamentação da terceirização dos contratos de trabalho e a redução do intervalo para o almoço. Articula-se ainda para barrar a criação de conselheiros com dedicação exclusiva no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), proposta em resposta às fraudes identificadas pela Operação Zelotes da Polícia Federal.

No baronato do Sistema S, Santos é um dos mais discretos operadores. A bancada se espria pelos partidos e tem dois ministros, Armando Monteiro (PTB), da Indústria, Comércio e Desenvolvimento, que foi presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e Kátia Abreu (PMDB), da Agricultura, que comandou a confederação nacional do setor, a CNA.

O PMDB tem ainda o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, que disputou o governo de São Paulo no ano passado, e o presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Clésio Andrade. Ex-senador, Andrade foi também vice do atual senador Aécio Neves (PSDB) no seu primeiro mandato como governador de Minas Gerais. Ex-sócio do publicitário Marcos Valério de Souza, o presidente da CNT é réu no mensalão tucano.

No ano passado, logo depois de renunciar ao mandato de senador, o que possibilitou a migração do seu processo do STF para a Justiça mineira, o ex-senador foi alvo de uma operação policial originada na Controladoria-Geral da União (CGU) que detectou desvios nas duas entidades do Sistema S subordinadas à CNT que podem chegar a R\$ 70 milhões.

Em aliança com as confederações patronais, o PT recebeu o comando das entidades que lhe são subordinadas e fez delas viveiros do lulismo. Depois de se eleger como o primeiro presidente da República formado numa escola do Senai, Luiz Inácio Lula da Silva colocou no comando do Sesi o ex-presidente da CUT Jair Meneguelli.

Um dos mais fiéis aliados de Lula no sindicalismo, Meneguelli ficou no cargo até o início deste ano, quando foi substituído por outro lulista, o ex-secretário-geral da Presidência Gilberto Carvalho. O partido tem ainda o Sebrae, que hoje é presidido pelo ex-ministro do Turismo Luiz Barreto, mas já esteve nas mãos do atual presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto.

A entidade das cooperativas (Sescoop) está no radar de atuação do ex-ministro da Agricultura do governo Lula Roberto Rodrigues. Ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Rodrigues engajou-se, na eleição presidencial de 2014, como um dos principais representantes do agronegócio na campanha do senador Aécio Neves (PSDB).

Quando as primeiras entidades foram criadas, sob o guarda-chuva das entidades patronais, durante o Estado Novo, o país precisava de mão de obra qualificada para uma economia que começava a se industrializar e os empresários precisavam de uma entidade que encorpasse sua atuação política. Em 63 anos, o sistema extrapolou o alfabeto e se expandiu para quase todos os setores da economia. Abrange comércio (Sesc e Senac), indústria (Senai e Sesi), transporte (Sest e Senat), agronegócio (Senar), cooperativas (Sescoop), pequenas empresas (Sebrae), exportações (Apex) e desenvolvimento industrial (Abdi).

O caixa do sistema é formado pelo recolhimento de 3,1% da folha de salários das empresas. O montante seria suficiente para prover qualificação gratuita, mas as entidades ainda faturam com a cobrança de cursos e de atividades culturais e com o rendimento acumulado pelos ativos financeiros e imobiliários.

A arrecadação é feita pela Receita Federal, que repassa os recursos para as entidades mediante o pagamento de uma taxa, mas duas entidades (Sesi e Senai) concorrem com uma arrecadação paralela, que oferece descontos às empresas. Seu orçamento, que em 2014 fechou em R\$ 31 bilhões, supera o do Bolsa Família e se iguala ao rombo com o qual o Orçamento da União foi enviado ao Congresso.

Antes do ministro Joaquim Levy, o último a cobiçar o caixa das entidades foi o então ministro da Educação e hoje prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. O Sistema S, capitaneado à época por Armando Monteiro, reagiu. Ampliou o número de cursos gratuitos e contribuiu para ampliar as vagas do Pronatec, mas esteve longe de se render à proposta do MEC, que tentava fazê-lo bancar o custeio do ensino médio público.

É uma reação igualmente orquestrada que hoje se insurge contra o ministro Joaquim Levy. A Fazenda quer se valer das contribuições ao Sistema S para custear a Previdência e manter o incentivo a pesquisa e desenvolvimento industrial que hoje é abatido de tributos federais. A garfada retiraria do Sistema S 30% dos seus recursos.

O avanço do ajuste fiscal sobre seus recursos contraria interesses encastelados em todo o sistema partidário e ajuda a empurrar o governo Dilma Rousseff para o corredor da UTI.

Acórdãos do TCU mostram uma coleção de irregularidades em repasses para agências de comunicação, que envolvem publicidade, marketing político e assessoria de imprensa. Por meio desse aparato, o Sistema S aparece como porta-voz da vontade geral em defesa do mecenato das artes e da educação e contra a elevação de tributos, como a CPMF.

Em alguns Estados, como em São Paulo, o tema se confunde com a carreira política do capitão local do Sistema S. Na presidência da Fiesp há 11 anos, Paulo Skaf só perde para sua contraface fluminense, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, comandante da Federação das Indústrias do Rio (Firjan), sucessivamente reconduzido há 20 anos. Em entrevista ao Valor (21/9), Gouvêa Vieira resumiu o impacto das mudanças pretendidas pelo governo no Sistema S: "Vai ter uma repercussão política gigantesca".

No ano passado, o então candidato ao governo de São Paulo pelo PMDB, Paulo Skaf, enfrentou representação da Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo por propaganda antecipada. A pretexto de divulgar os feitos da Fiesp, do Sesi e do Senai, Skaf gastou R\$ 34 milhões em 97 horas na televisão e 119 horas no rádio. Na representação, o procurador regional eleitoral André de Carvalho Ramos, que pediu a condenação em multa no mesmo valor gasto, pôs o dedo na ferida: "É preciso alertar para o fato de que, caso condutas como a de Paulo Skaf sejam consideradas lícitas, nada impede que outros presidentes de entidades sindicais, como CUT, Força Sindical, dentre outras, financiadas com dinheiro público resultante das contribuições compulsórias, gastem horas e horas de propaganda de rádio e TV para promoverem candidaturas pessoais".

No início daquele ano, em que Skaf, Armando Monteiro e Kátia Abreu foram candidatos, o sistema S, segundo o TCU, tinha uma disponibilidade financeira de R\$ 16,6 bilhões. Ao fim de 2014, os depósitos das entidades do sistema somavam R\$ 17,5 bilhões, uma valorização de 5,6%, inferior à registrada pela caderneta de poupança daquele ano. Os acórdãos do TCU foram compilados pelo gabinete de um senador da oposição, Ataídes Oliveira (PSDB), um empresário do Tocantins que assumiu o mandato como suplente, depois da morte do titular, e virou o principal aliado do governo na batalha do Sistema S.

O caráter híbrido do sistema faz com que suas entidades não se submetam nem às regras de governança do setor privado, como aquelas requeridas pela Lei das S.A., nem às daquelas do setor público, como as previstas na Lei de Acesso à Informação. O Sistema S, a despeito de se manter com um tributo, não presta informações consolidadas aos órgãos de fiscalização do governo.

Sem transparência, as entidades do sistema custam a se provar eficientes na qualificação da mão de obra e alargam o gargalo da produtividade, que ameaça o futuro do economia.

As três principais entidades patronais que comandam o sistema, CNI, Fiesp, Firjan e CNC, estão de fileiras cada vez mais cerradas contra o governo que julgam estar mancomunado contra seus interesses e ganham apoio multipartidário em Brasília.

Com a ameaça de restrição ao financiamento empresarial às campanhas eleitorais e a isquemia provocada pela obstrução dos dutos da Petrobras, os vasos periféricos em forma de S ganharam ainda mais relevância no abastecimento da política.

Maria Cristina Fernandes, jornalista do Valor, escreve neste espaço quinzenalmente

Vermelho On Line

## **CPI do Carf quer agilizar processos para arrecadar impostos devidos**

25/09/2015

*Um trilhão e 900 bilhões de reais. Esse é o montante em tributos devidos e não pagos por empresas e contribuintes inscritos na Dívida Ativa da União, e que estão em análise tanto pelos órgãos administrativos quanto pela Justiça. Mas esse dinheiro pode levar pelo menos 20 anos para entrar nos cofres da União.*

Em audiência nesta quinta-feira (24), senadores, auditores fiscais e tributaristas debateram propostas para atualizar as leis que regulam o processo de recurso administrativo e judicial das multas aplicadas pela Receita Federal no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

O órgão é alvo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado que investiga as irregularidades apontadas pela Operação Zelotes, da Polícia Federal. A suspeita é de que empresas e escritórios de advocacia, servidores públicos e conselheiros do Carf manipulavam julgamentos e aplicavam multas menores a sonegadores de impostos. Segundo a Polícia Federal, os prejuízos podem ter ultrapassado R\$ 6 bilhões.

No debate desta quinta-feira, houve críticas ao tempo médio de processo administrativo tributário, que dura cerca de oito anos, e o processo, no âmbito judicial, cerca de 12 anos. Atualmente tramitam mais de 100 mil processos, com R\$540 bilhões em autuações contestadas, valor que supera em muito, por exemplo, o déficit previsto na proposta orçamentária para o próximo ano, que é de R\$ 30,5 bilhões.

Encurtar o processo

As propostas para reaver esse dinheiro são muitas e vão desde concurso para seleção de conselheiros do Carf até a extinção do órgão. Mas todos que participaram da audiência concordaram que é preciso encurtar o tempo de análise dos processos:

"O Carf precisa de uma reforma, não há dúvida. O que temos é uma estrutura montada que não contribui com o Estado brasileiro. Os números estão aí. Ela prejudica o estado brasileiro, a capacidade de arrecadação", disse a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), relatora da CPI do Carf, que promoveu o debate desta quinta.

Assim como Vanessa, o delegado da Receita Federal Gilson Michels considera ultrapassada a atual legislação sobre Execução Fiscal, que é de 1980. Segundo ele, há uma excessiva judicialização do processo administrativo:

"Não estou propondo que se crie uma limitação ao acesso ao Poder Judiciário, coisa que do ponto de vista da nossa Constituição é inviável. Estamos apenas dizendo o seguinte: o contribuinte pode ir ao Judiciário discutir o que quiser, desde que tenha previamente discutido isso na via administrativa. Com isso, teríamos uma valorização da decisão administrativa, uma facilitação, uma abreviação do trâmite em sede judicial", defendeu.

Para Mário Pereira de Pinho Filho, segundo-vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), é preciso valorizar o julgamento de primeira instância, que hoje ocorre no âmbito das delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento. Depois da decisão desses órgãos, cabe recurso ao Carf.

"A proposta do sindicato é de que a gente valorize o julgamento de primeira instância, que hoje ocorre no âmbito da Receita Federal, e que essa segunda instância venha exclusivamente para dirimir divergências, dando, dessa forma, muito mais celeridade para o processo administrativo", propôs.

Desvios

O presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), Carlos Alberto Freitas Barreto, admitiu que o órgão apresenta fragilidades, que permitiram os desvios apontados pela Operação Zelotes, deflagrada pela Polícia Federal no fim de março.

A investigação aponta que empresas e escritórios de advocacia, servidores públicos e conselheiros manipulavam julgamentos e aplicavam multas menores a sonegadores de impostos. "Nós estamos vendo, a cada dia, avançar a análise sobre a causa estruturante do que levou aos problemas que nós hoje enxergamos no **Carf** e no próprio contencioso administrativo", afirmou Barreto. Mais do que apurar os desvios, a CPI tem como principal papel criar mecanismos para impedir que os malfeitos se repitam. A opinião é do senador Donizeti Nogueira (PT-TO), que presidiu a reunião: "Saber se o cara roubou, se o cara cometeu crime, isso deixemos para a Polícia Federal, para o Ministério Público. Nós precisamos é dar conta de um novo marco regulatório que corrija isso e que nos coloque em condições de agilidade para fazer isso", afirmou. Para o chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Rodrigo Pereira de Mello, tipificar "a venda de resultados nos julgamentos" já seria uma importante contribuição da CPI. "Tive basicamente a mesma resposta de todos os colegas especialistas em matéria penal a quem consultei, no sentido de que aquele que vende o resultado de um julgamento para terceiros não estaria, a priori, enquadrado em nenhuma tipificação penal", anunciou

DCI - SP

## Falta de previsão orçamentária para remuneração impede volta do **Carf** (Legislação & Tributos)

25/09/2015

*Apesar de ter sido reinaugurado por Levy em julho, o tribunal administrativo não faz julgamentos desde o fim de março. Retorno de sessões depende de aprovação de projeto de lei pelo Congresso*  
Roberto Dumk

São Paulo - A falta de previsão orçamentária para remunerar os conselheiros dos contribuintes é o que está segurando a volta das sessões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), onde R\$ 550 bilhões em tributos são discutidos.

O órgão, paralisado desde março por denúncias de corrupção, chegou a fazer uma cerimônia de reinauguração no dia 28 de julho, inclusive com a presença do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Mas desde então não realizou nenhuma sessão.

O que estaria segurando a volta do tribunal administrativo é a aprovação do Projeto de Lei (PLN) 3/2015, que retira R\$ 5,6 milhões do orçamento das gratificações do poder Executivo e direciona a quantia para a remuneração dos conselheiros dos contribuintes. Desde abril, com a reforma do **Carf**, eles passaram a ter remuneração.

O conselho tem mostrado vontade de retornar, mas o PLN 3 é uma questão prática que justifica o não retorno, afirma o tributarista Caio Taniguchi, do Aidar SBZ Advogados. Na visão dele, sem a aprovação do projeto, são pequenas as chances de volta das sessões do **Carf**.

O projeto chegou a ser incluído na pauta do Congresso na terça-feira (22), mas não foi apreciado. Para o sócio do Mattos Filhos, João Marcos Colussi, a pauta continuará trancada. Dada a importância de outros itens, como o reajuste do Judiciário, são poucas as possibilidades de que essa questão [do **Carf**] se resolva este ano, afirma.

Questionado sobre possíveis alternativas para que a remuneração dos conselheiros pudesse ser feita, o presidente do **Carf**, Carlos Alberto Barreto, disse em nota ao DCI que a alternativa proposta pelo governo é o PLN 3. Ele acrescentou que apesar da negativa na terça-feira, a proposta pode ser aprovada em sessão extraordinária ainda neste mês.

Estrutura

A seleção de novos conselheiros dos contribuintes e a troca do sistema de tecnologia do tribunal, outros possíveis obstáculos para a volta das sessões, já foram resolvidos, dizem especialistas.

O recém-nomeado conselheiro Ronaldo Apelbaum, que participou de sessão de treinamento promovida pelo **Carf** na semana passada, destacou que o aparato tecnológico já está funcionando. [No treinamento] ficou muito claro para todos nós que já está tudo ajeitado em termos de sistema, afirma. Segundo ele, a tecnologia é parecida com a usada em tribunais da Justiça Federal.

Até então, o acesso aos processos e votos funcionava na base do xerox, conta o vice-presidente executivo da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), José Ricardo Alves. Envolvido na seleção de conselheiros, ele disse esta semana que estava mandando uma última lista tríplice ao comitê de seleção. Faltam poucos para o fechamento [das turmas], disse.

Impedimento

Um dos efeitos colaterais da demora na volta das sessões é que os novos conselheiros dos contribuintes, que serão pagos por sessão, ainda não receberam nada. Mas para assumir o mandato eles já devolveram a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Neste momento, eles não estão no **Carf** nem podem advogar, conta a ex-conselheira e professora da FGV Direito de São Paulo, Nara Takeda Taga.

Ela também entende que a volta do **Carf** interessa a todos. Do lado do fisco, a pressa é eminente pela questão da arrecadação, afirma. Já para os contribuintes seria interessante liquidar os casos com grande probabilidade de vitória.

Apelbaum, que também vê a aprovação do PLN como obstáculo, pondera que o treinamento de semana passada pode ser sinal de otimismo. Para ele, o **Carf** não teria pago a viagem dos novos conselheiros a Brasília se não tivesse perspectiva de volta das sessões.

Jornal do Senado DF

## CPI quer acelerar pagamento de dívida tributária

25/09/2015

*Comissão que investiga irregularidades no **Carf** discutiu mudanças que permitiriam ao Estado obter o dinheiro mais rapidamente. Tributos contestados somam R\$ 1,9 trilhão*

Um trilhão e 900 bilhões de reais. Esse é o montante em tributos devidos e não pagos por empresas e contribuintes inscritos na dívida ativa da União. Eles estão em análise tanto pelos órgãos administrativos quanto pela Justiça. Mas esse dinheiro pode levar pelo menos 20 anos para entrar nos cofres da União. Em audiência ontem, senadores, auditores fiscais e tributaristas debateram propostas para atualizar as leis que regulam o processo de recurso administrativo e judicial das multas aplicadas pela Receita Federal.

O tempo de permanência médio de um processo administrativo tributário hoje é de oito anos; de um processo judicial, 12 anos. Só no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) tramitam mais de 100 mil processos com R\$ 540 bilhões em autuações contestadas - valor que supera em muito o déficit previsto na proposta orçamentária para o próximo ano, que é de R\$ 30,5 bilhões. Encurtar o processo As propostas para reaver esse dinheiro são muitas e vão desde concurso para seleção de conselheiros do **Carf** até a extinção do órgão. Mas todos que participaram da audiência concordaram que é preciso encurtar o tempo de análise dos processos. - O **Carf** precisa de uma reforma. Temos uma estrutura que não contribui com o Estado brasileiro. Os números estão aí. Ela prejudica o Estado brasileiro, a capacidade de arrecadação - disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), relatora da CPI do **Carf**, que promoveu o debate de ontem. O delegado da Receita Federal Gilson Michels considera ultrapassada a atual legislação sobre execução fiscal, que é de 1980. Segundo ele, há uma excessiva judicialização do processo administrativo:

- Não estou propondo que se crie uma limitação ao acesso ao Poder Judiciário. Estou apenas dizendo o seguinte: o contribuinte pode ir ao Judiciário discutir o que quiser, desde que tenha previamente discutido na via administrativa. Com isso, teríamos uma valorização da decisão administrativa, uma facilitação, uma abreviação do trâmite em sede judicial. Para Mário Pereira de Pinho Filho, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), é preciso valorizar o julgamento de primeira instância, que hoje ocorre nas delegacias da Receita de Julgamento. Depois da decisão desses órgãos, cabe recurso ao **Carf**.

- A proposta do sindicato é valorizar o julgamento de primeira instância, que hoje ocorre no âmbito da Receita Federal, e que essa segunda instância venha exclusivamente para dirimir divergências, dando muito mais celeridade para o processo administrativo. Desvios O presidente do **Carf**, Carlos Alberto Freitas Barreto, admitiu que o órgão apresenta fragilidades que permitiram os desvios apontados pela Operação Zelotes, deflagrada pela Polícia Federal em março. A investigação aponta que empresas e escritórios de advocacia, servidores públicos e conselheiros manipulavam julgamentos e aplicavam multas menores a sonegadores de impostos. - Nós estamos vendo, a cada dia, avançar a análise sobre a causa estruturante do que levou aos problemas que nós hoje enxergamos no **Carf** e no próprio contencioso administrativo - afirmou Barreto. Mais do que apurar os desvios, a CPI tem como principal objetivo criar mecanismos para impedir que as irregularidades se repitam. A opinião é de Donizeti Nogueira (PT-TO), que presidiu a reunião:

- Saber se o cara roubou, cometeu crime, deixemos isso para a Polícia Federal, para o Ministério Público. Precisamos dar conta de um novo marco regulatório que corrija isso e que nos coloque em condições de agilidade para fazer isso - apontou. Para o chefe de gabinete do Ministério da Fazenda, Rodrigo Pereira de Mello, tipificar como crime a venda de resultados nos julgamentos seria uma importante contribuição da CPI:

- Tive a mesma resposta de todos os colegas especialistas em matéria penal a quem consultei: aquele que "vende" o resultado de um julgamento para terceiros não estaria, a priori, enquadrado em nenhuma tipificação penal.

## Grupo de juristas que busca desburocratização se divide em 4 áreas temáticas

25/09/2015

A Comissão de Juristas da Desburocratização, também relacionada à Agenda Brasil, definiu ontem quatro grupos temáticos que nortearão o trabalho. Eles abordarão temas relativos a questões administrativas gerais, trabalho e seguridade social, cartório judicial e questões tributárias. A proposta de trabalho foi apresentada pelo professor Otávio Rodrigues, que dá aula de direito civil na Universidade de São Paulo (USP) e representou na reunião o relator da comissão, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli.

O primeiro grupo temático tratará de procedimentos administrativos gerais e disciplinares, procedimentos e contratos submetidos a regimes de licitação e afins e da criação de registros unificados.

O segundo grupo discutirá questões trabalhistas e de seguridade social e se subdividirá para aprofundar a análise dos seguintes temas: registros, carteira e documentação trabalhista em geral; relações com órgãos da seguridade social; e relações com o emprego e acesso ao mercado de trabalho. Simplificação

O terceiro grupo se concentrará no estudo de questões de natureza cartorária e judicial, subdivididas em relações com cidadão, empresa e poder público; relação do cidadão exclusivamente com o Poder Judiciário; e temas genéricos exclusivamente voltados para atividade notarial e registral. O grupo encarregado da análise de temas tributários vai rever a utilização de sanções administrativas fiscais como mecanismos de coerção tributária, além de discutir a simplificação dos procedimentos registrares, das relações das empresas com o Estado e dos procedimentos relativos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

- O foco do trabalho na área tributária não é nenhum foco de reforma tributária, mas sim reformas de procedimentos administrativos ou judiciários no âmbito fiscal e tributário - explicou o presidente da comissão, Mauro Campbell, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Campbell afirmou que a comissão se limitou a fazer uma divisão temática mais genérica, mas ressaltou que dentro dessa divisão é dada a liberdade para os coordenadores de apresentar outros temas e subdivisões. Dentro dessas áreas, conforme explicou, poderão surgir projetos de lei ou meras recomendações ao Senado para que entre em contato com determinados órgãos públicos.

A comissão tem o objetivo de propor ao Senado um anteprojeto visando regulamentar o princípio da eficiência previsto na Constituição. Segundo Campbell, ficou decidido que o novo estatuto deverá ser proposto por meio de um projeto de lei complementar. A próxima reunião será no dia 9, às 14h. No mesmo dia, os quatro subgrupos se reunirão pela manhã.

## Acre Alerta

### **TelexFREE URGENTE: multa bilionária ameaça ressarcimento dos divulgadores**

25/09/2015

Um dívida bilionária da Telexfree com a Receita Federal colocam em xeque o ressarcimento de quem perdeu dinheiro com a empresa, determinado na semana passada pela 2ª Vara Cível de Rio Branco após um processo iniciado há dois anos e três meses.

Em 2014, a Receita Federal multou a Telexfree em R\$ 3,1 bilhões, conforme mostra um relatório de atividades divulgado pelo Leão. Como as investigações ainda não foram concluídas, outras autuações, inclusive contra os sócios da empresa, podem ocorrer.

O valor, questionado pela Telexfree, é quatro vezes superior aos cerca de R\$ 700 milhões em ativos que, segundo o Ministério Público do Acre (MP-AC), a Justiça conseguiu congelar até o momento para pagar os divulgadores e uma multa de R\$ 3 milhões por ter criado uma pirâmide financeira disfarçada de marketing multinível.

Para tentar garantir que o dinheiro rastreado seja usado para pagar dívidas tributárias, a União foi à Justiça e obteve duas decisões provisórias que também bloqueiam os recursos da Telexfree. Uma delas tem valor de R\$ 177 milhões e a outra está sob sigilo.

Leia também

Como as multas da Receita podem ser questionadas administrativamente, o valor a ser cobrado da Telexfree na Justiça ainda é incerto. Na terça-feira (22), a Dívida Ativa da União registrava um débito de R\$ 165 milhões da Ympactus, razão social da Telexfree. Essa quantia é referente a cobranças que a empresa só consegue reverter na Justiça, por ter sido derrotada nas instâncias administrativas.

No Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão que julga o pedido de contribuintes para anular ou reduzir dívidas tributárias, a Telexfree responde a cinco processos, sobre contribuições previdenciárias, PIS, Cofins, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

Preferência

União tem preferência -Quando uma empresa vai à falência, a União tem prioridade em relação aos demais credores. Como a situação da Telexfree é diferente - companhia foi dissolvida por decisão judicial - ainda não é possível saber se o mesmo ocorrerá, diz Marco Aurélio Ribeiro, um dos promotores do MP-AC responsáveis pelo caso.

Vamos ver qual é o posicionamento da Receita , afirma Ribeiro.

Responsável pelas ações fiscais contra a Telexfree, o procurador-chefe da Fazenda no Espírito Santo, Renato Mendes, afirma que a palavra final vai ser do Judiciário, mas entende ser bem provável que a União também tenha preferência. E, como os valores cobrados pelo Fisco são elevados, possivelmente todos bens identificados da empresa vão ser utilizados para quitar os créditos tributários , informa.

Um dos advogados da Telexfree, Horst Fuchs afirma que a empresa apresentou defesa tanto na Justiça quanto na esfera administrativa contra as cobranças tributárias.

#### Condenação

A Telexfree é acusada pelo MP-AC de ser uma pirâmide financeira que atraiu cerca de 1 milhão de pessoas. No entender dos promotores, a venda de anúncios e de pacotes Volp (telefonia por internet) via marketing multinível eram disfarces, e a maioria do dinheiro amealhado pela empresa no Brasil - quase US\$ 500 milhões (R\$ 1,9 bilhão), segundo uma investigação norte-americana - foi obtido com dinheiro dos investidores, chamados de divulgadores.

O primeiro bloqueio de recursos ocorreu em junho de 2013, por decisão da juíza Thaís Khalil, titular da 2ª Vara Cível de Rio Branco. Após 2 anos e 3 meses, a Telexfree foi condenada a ressarcir todos os divulgadores e pagar uma multa de R\$ 3 milhões. A sentença foi publicada na semana passada, e a empresa pode recorrer.

O ressarcimento, entretanto, só será efetivado se a empresa perder definitivamente o processo, e a Justiça não destinar todos os recursos encontrados para pagar dívidas tributárias.